

Praça Dyrno Pires Ferreira, 261, Centro - CEP: 64845-000 Fone: (089) 3541-1277 - email: pmmparentepi@hotmail.com

CNPJ: 06.554.133/0001-96



CONSULENTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO INTERESSADO: MUNICIPIO DE MARCOS PARENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 003/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA ATENDER ÀS **NECESSIDADES** PUBLICAÇÃO EM IMPRESA OFICIAL DOS **ATOS** DA **PREFEITURA** DE **MARCOS** PARENTE -PI - 1. CARACTERIZADA, NO CASO CONCRETO, A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ART. 25. I, DA LEI Nº 8.666/93. 2. OS REQUISITOS PARA A INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO, PREVISTOS NO ART. 26 DA LEI Nº 8.666/93. FORAM IMPLEMENTADOS. POSSIBILIDADE JURÍDICA. REGULARIDADE DA MINUTA CONTRATUAL.

FLS N

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada à Procuradoria Geral do Município - PGM pela Comissão Permanente de Licitação, quanto à possibilidade jurídica de contratação, por inexigibilidade de licitação, de contratação de imprensa oficial para a publicação de atos oficiais do Município de Marcos Parente - PI, conforme determinação do parágrafo único do art 28 da Constituição Estadual do Piaui, o qual dispõe que o Município que não possuir, em sua estrutura, órgão de imprensa oficial, as publicação dos atos administrativos referidos no artigo retromencionado e no art 22, será feita no Diário Oficial dos Municípios, órgão de publicação dos atos municipais, com fulcro no art 25, I, da Lei 8.666/93.

Os autos encontram-se instruídos com a seguinte documentação:

- Justificativa para inexigibilidade de licitação
- Autorização do chefe do executivo Municipal;
- Termo de referencia:
- Proposta:
- Documentação relativa à habilitação da empresa a ser contratada
- Minuta contratual;

É o relatório, passo ao exame da possibilidade jurídica do pleito.



Praça Dyrno Pires Ferreira, 261, Centro - CEP: 64845-000 Fone: (089) 3541-1277 - email: pmmparentepi@hotmail.com

CNPJ: 06.554.133/0001-96



2.1 DA LEGALIDADE

É de salutar importância ressaltar que a atuação da administração pública deve-se firmar com a observância estrita da aplicação da letra do artigo 37,

> "Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados. do Distrito Federal dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade. moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:"

O mestre doutrinador Helly Lopes Meireles, na sua obra Direito Administrativo Brasileiro, 28a edição pela editora Malheiros, na página 87, lecionado sobre tal princípio muito, assim o definiu:

> "Legalidade" - A legalidade, como principio de administração (CF art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. A eficácia de toda administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. É que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da Lei 9.784/99. "Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme a lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos."

Nesse sentido, de acordo com a dinâmica estabelecida na Carta Magna de 1988, somente pode o ato administrativo ser praticado pela administração caso este possua prévia autorização legal para praticá-lo.

2.2 DA INEXIGIBILIDADE

A obrigatoriedade de licitar é princípio constitucional, que obriga entes de todas as esferas da federação, em conformidade com disposição expressa no Art 37, XXI da CF/1988.





Praça Dyrno Pires Ferreira, 261, Centro - CEP: 64845-000 Fone: (089) 3541-1277 - email: pmmparentepi@hotmail.com

CNPJ: 06.554.133/0001-96



Trata-se de exame de inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25, I, da Lei nº 8.666/93, objetivando a contratação, por inexigibilidade de licitação, de contratação de imprensa oficial para a publicação de atos oficiais do Município de Marcos Parente - PI, conforme determinação do parágrafo único do art 28 da Constituição Estadual do Piaui, o qual dispõe que o Município que não possuir, em sua estrutura, órgão de imprensa oficial, as publicação dos atos administrativos referidos no artigo retromencionado e no art 22, será feita no Diário Oficial dos Municípios, órgão de publicação dos atos municipais. A contratação direta pretendida pelo órgão consulente tem fundamento legal no art. 25, I, da Lei de Licitações.

Vejamos o que estabelece o citado dispositivo:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes::"

No caso dos autos, estamos diante de consulta sobre a possibilidade de contratação de por inexigibilidade de licitação, para a prestação de serviços, que. conforme consta na justificativa para a contratação, são prestados por fornecedor único, no caso, o proponente.

Assim, reconhecido o monopólio no serviço pretendido, o que inviabiliza a competição, está presente o pressuposto fático para a inexigibilidade, levando a concluir ser possível a contratação de tais serviços.

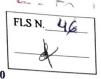
Nesse ponto, frize-se que a justificativa de fato para a contratação se faz com as razões apresentadas pela Secretaria Municipal de Administração: de que o proponente é o único prestador de serviço possível.

Necessário enfatizar que as hipóteses de inexigibilidade de licitação, previstas no artigo 25, da Lei de Licitações, reclamam a avaliação do



Praça Dyrno Pires Ferreira, 261, Centro - CEP: 64845-000 Fone: (089) 3541-1277 - email: pmmparentepi@hotmail.com

CNPJ: 06.554.133/0001-96



administrador, vez que se trata de rol exemplificativo, dessa maneira, a matéria está sujeita à discricionariedade da autoridade competente.

Cumpre examinar, ademais, a observância dos requisitos da dispensa de licitação, expostos no art. 26, parágrafo único, da Lei de Licitações, que assim

> Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e nos incisos III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o

II - razão da escolha do fornecedor ou executante:

III - justificativa do preço. (...) (grifou-se)

O inciso I restou atendido a partir da justificativa e documentos juntados aos autos administrativos, entendendo caracterizada a situação específica que gerou a necessidade da contratação, vez que em observância ao princípio da publicidade e ausente veículo de publicação do próprio município, impossivel que a contratação seja feita com qualquer outro fornecedor.

Os incisos II e III encontram-se justificados pela SEMA em conformidade com a instrução dos autos, que traz a justificativa para a escolha do único fornecedor disponível e inclui em seu bojo a presença da exemplificação de mais 02 (dois) contratos feitos com outros municípios piauienses, a fim de comprovara a justificativa do preço.

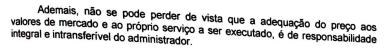
Em síntese, tem-se que os requisitos do art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, foram atendidos, pois além de restar caracterizada a situação que gerou a necessidade da contratação, o Administrador sustenta a adequação dos preços ao mercado e os motivos para escolha do executante.





Praça Dyrno Pires Ferreira, 261, Centro - CEP: 64845-000 Fone: (089) 3541-1277 – email: pmmparentepi@hotmail.com

CNPJ: 06.554.133/0001-96



Por fim, frize-se, que em se tratando de exceção à regra geral da licitação pública, o órgão deverá instruir o processo com todos os elementos que entenda seguros e eficazes para robustecer a comprovação da exclusividade de forma convincente, os preços praticados no mercado, sem perder de vista a moralidade, transparência e interesse público, princípios inerentes ao ato administrativo.

2.3 DA REGULARIDADE DA MINUTA CONTRATUAL

A Lei 8666/93, versa, em seu art. 38, parágrafo único, que as editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

Nesse sentido, verse-se que a minuta presente nos autos, atendem o objeto e garante os interesses da Administração Pública, tendo atendendo, portanto, aos requisitos formais, materiais e as normas de regência, vez que suas cláusulas encontram-se em simetria com os requisitos da Lei 8.666/93.

Por fim, quanto à regularidade fiscal e trabalhista da contratada, caberá à Administração atualizar os documentos cuja validade esteja vencida por ocasião da contratação, com fulcro nos arts. 27 a 29 da Lei nº 8.666/93, friso que ausentes nestes autos certidão negativa de débitos municipais e estaduais.

3. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, analisando o objeto da consulta à luz da legislação e dos documentos acostados aos autos, opino:

 a) pela POSSIBILIDADE JURÍDICA de contratação, de FRANCISCA MICHELLE DOS SANTOS, por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, por inexigibilidade de licitação, de contratação de imprensa oficial para a publicação de atos oficiais do Município de Marcos Parente - PI, conforme determinação do parágrafo único do art 28 da Constituição Estadual do Piaui, o qual dispõe que o Município que não possuir, em sua estrutura, órgão de imprensa oficial, as publicação dos atos administrativos referidos no artigo retromencionado e no art 22, será feita no Diário Oficial dos Municípios, órgão de publicação dos atos municipais, com fulcro no art. 25, I, da Lei de Licitações.

b) pela LEGALIDADE DA MINUTA CONTRATUAL presente nos autos, vez que esta encontra-se conforme a Lei 8.666/93;





Praça Dyrno Pires Ferreira, 261, Centro - CEP: 64845-000 Fone: (089) 3541-1277 - email: pmmparentepi@hotmail.com

CNPJ: 06.554.133/0001-96



c) quanto à regularidade fiscal e trabalhista da contratada, caberá à Administração atualizar os documentos cuja validade esteja vencida por ocasião da contratação, com fulcro nos arts. 27 a 29 da Lei nº 8.666/93, ressalto, por oportuno, a ausência de Certidão Negativa de Débito estadual e municipal;

É o parecer, salvo melhor entendimento.

Submetemos a apreciação superior.

Marcos Parente - PI, em 07 de janeiro de 2021

Lara da Rocha da Afencar Bezerra Procuradora do Município OAB Pl 15456

Aprovo o parecer em

)71 01 1202h